
*Trançando a palha, tecendo histórias:
entrevistas acervo da ECIRS*

*Marília Conforto**

Resumo: O texto aborda pesquisa feita a partir da organização do banco de dados de entrevistas do acervo do Ecirs. Através da análise discursiva das entrevistas procura-se resgatar o cotidiano dos primeiros imigrantes da RCI através das lembranças de seus descendentes registradas em entrevistas.

Abstract: The text approach the search off the rack the part from organization of the bank of data of interviews of the a great many of the Ecirs. Via the analysis dicourse from the interviews she seeks – if reedem the daily of the first immigrants from RCI via the souvenirs of yours descendants registered on the interviews.

Palavras-chave: Colonização italiana. História. História da imigração.

Key words: Italian Colonization . History. History of immigration.

Todo o homem nutre reminiscências que não contaria a ninguém mais além de seus amigos. E algumas questões não revelaria nem mesmo aos amigos, guardando-as apenas para si, sigilosas. (DOSTOIEVSKY; FYODOR. *Notes from the underground*).

* Professora no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora no PPG/Mestrado em Letras e Cultura Regional da UCS. Agradecemos a bolsista CNPq Araceli Consoli pela contribuição no levantamento das entrevistas do acervo do Ecirs. Esse texto foi produzido a partir do projeto de pesquisa: Identidade e Cultura Regional: Colônias e Colonos Italianos no Rio Grande do Sul, coordenado pela Profª. dra. Loraine Slomp Giron.

As reflexões que passo a fazer no decorrer deste texto partem de um diálogo interdisciplinar. O texto final da pesquisa ainda se encontra em fase de construção, pois outras leituras e reflexões serão incorporadas. Começaremos nossas reflexões pelo conceito de região. A partir das leituras percebe-se que só a geografia não é suficiente para responder às questões propostas a partir da chegada dos primeiros colonos italianos que ocuparam o espaço geográfico da Encosta Superior do Nordeste. Continuando as leituras, percebemos a importância de trabalhar com outras áreas do conhecimento além da geografia.

A questão é verificar como o conceito de região e as áreas da História, língua e cultura contribuíram à construção dessa região geográfica denominada Região de Colonização Italiana (RCI). A história deve ser percebida em dois níveis: internacional – situação da Itália e nacional – as características do Estado Nacional brasileiro e sua necessidade em determinado momento histórico de mão-de-obra de imigrantes. A língua é aqui entendida como discurso. São as formações discursivas que possibilitam a construção e veiculação da idéia de região – regionalidade. É a forma de descrição e relação dos colonos italianos com o real: terra, clima, povo, etc. Finalmente a cultura é entendida como processo onde os elementos culturais italianos, portugueses, indígenas convivem mesclando-se e criando o que se denominou RCI ou Região de Colonização Italiana.

Não é nosso objetivo criar um novo conceito de região. Ele já existe. Nosso objetivo é trabalhar com os conceitos de região nos diversos campos, já apontados e verificar de que forma eles podem ser aplicados à nossa documentação – entrevistas do acervo do Ecirs. Nesse sentido, o Cap V, “A identidade e a representação”, nos coloca alguns elementos para uma reflexão sobre a idéia de região, escrito por Pierre Bourdieu e é importante por dois motivos. Primeiro porque o autor chama a atenção que, para se chegar a uma conceituação de região, é importante o diálogo interdisciplinar. Segundo, é a idéia que reforça a primeira, a discussão sobre o conceito de região pode e deve abrigar os vários níveis de conhecimento dialogando e não competindo, cientificamente, com o objetivo de determinar quem deve deter a “guarda” do conceito de região. Além disso, o autor defende a idéia de que o conceito de região resulta muito mais de uma construção em nível de enunciação, do imaginário do que de concepção natural. A respeito do diálogo interdisciplinar o autor escreveu:

Este texto, que merecia ser citado mais longamente ainda, mostra bem que a relação propriamente científica entre as duas ciências tem as suas raízes na *relação social* entre as duas disciplinas e os seus representantes. Com efeito, na luta para *anexar uma região do espaço científico* já ocupada pela geografia, o economista – que reconhece àquela o mérito de primeiro ocupante – designa de modo inseparável os limites das estratégias científicas do geógrafo (a sua tendência para o “internalismo” e a sua inclinação para aceitar o determinismo “geográfico”) e os fundamentos sociais destas estratégias. Isto é feito por meio das qualidades e dos limites que ele atribui à geografia e que são claramente *reconhecidos* pelo porta-voz desta disciplina dominada e dada a contentar-se “modestamente” com aquilo que lhe é concebido, a isolar-se na região que as disciplinas mais “ambiciosas”, sociologia e economia, lhe dão em partilha, quer dizer, o pequeno, o particular, o concreto, o real, o visível, a minúcia, o pormenor, a monografia, a descrição – por oposição ao grande, ao geral, ao abstracto, à teoria, etc. (BOURDIEU, 2001, p. 109, grifos do autor).

Se a geografia estuda o espaço físico e os elementos da natureza como clima, erosão e ocupação humana, só para citar alguns, a história e a sociologia estudam os efeitos dessa ocupação humana nesse espaço físico, observando a organização social, as formas de exploração tanto do homem como dos recursos naturais. A língua se preocupa com os falares e a representação desse mundo real e suas transformações que aparecerão sob a forma de textos: jornalísticos, históricos, jurídicos, literários, etc. A cultura, com os rituais, as canções, o património material e imaterial.

Sobre a construção do conceito de região em nível de enunciação, o autor escreveu:

Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (a *autoritas*, como lembra Benveniste, é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *autor*). O *autor*, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir, como conformes à natureza das coisas “naturais”. (BOURDIEU, 2001, p. 114, grifos do autor).

Para Pozenato é importante pensar a região como uma rede de relações. Segundo ele,

uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. Assim, em última instância, não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de relações que apontem para esse significado. Isto é, o que é entendido como região é, realmente, uma regionalidade. Não vejo no entanto problema em continuar falando em região, contanto que por tal não fique entendida uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista. (2003, p. 152, grifos do autor).

Pozenato aponta a uma discussão importante, o que faz uma região é o espaço ou, ao invés dele, o tempo, a história. Se a região se

apresenta como um espaço, ela é um espaço definido por uma história diferente da do espaço vizinho externo. Essa ênfase na história como fator constituinte da região remete para a importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da *paisagem*. Mas remete, principalmente, para uma visão sistêmica da regionalização como processo. Nesse processo pesa, sem dúvida, a construção de identidades internas, mas pesa, igualmente, o deslocamento produzido pelas diferenças vindas do mundo externo. (2003, p. 152).

Para que possamos perceber como a constituição da idéia de região se dá, é necessário pensar a questão da língua. Não um estudo lingüístico, mas língua entendida como discurso. É a análise discursiva uma das “chaves de leitura” para verificarmos como a história, a cultura e o meio geográfico influenciarão a construção da chamada RCI – objeto de nosso estudo. A oralidade e, principalmente a linguagem escrita, são formas importantes de registro de um povo, seja através de textos oficiais, religiosos, seja através de cantos, correspondência privada ou jornais. É por meio delas que vamos perceber a sua história, identidade e cultura. Atualmente a história busca novas fontes para o conhecimento desse processo de constituição da regionalidade da RCI, e as entrevistas, a fotografia, o estudo do cotidiano e a literatura constituem-se fontes reveladoras.

Segundo Gondar, “na mente humana existiriam representações da identidade das coisas – os conceitos –, e a função da linguagem seria a de significá-los”. (2002, p. 107). É através da linguagem que se resgata o processo de constituição da RCI. No seu estudo sobre linguagem e construção de identidades, a autora propõe um debate entre dois teóricos: Sebastião Votre e Kanavillil Rajagopalan. Como abordamos acima, o importante não é escolher entre uma ou outra linha teórica dos autores citados, e sim, dialogar entre elas. A exemplo do conceito de região, o conceito de identidade:

Os trabalhos partem do pressuposto de que, com relação à identidade, não há um “em si”, ou seja, não há uma identidade pronta e acabada, estabelecida *a priori*. A identidade aparece, ao contrário, como construída, ou melhor, em constante processo de construção e de reconstrução. O outro ponto de convergência dos dois artigos diz respeito ao foco a partir do qual essa construção será pensada: ela se realiza a partir da linguagem. (GONDAR, 2002, p. 109).

A leitura das entrevistas do acervo do Ecirs ressalta a expectativa em torno do sucesso do colono italiano em terra, língua e cultura estranhas. Segundo Votre, essas crenças e desejos se constroem a partir da linguagem. (Apud GONDAR, 2002, p. 110). A linguagem em nossa pesquisa pode ser estudada em dois níveis: o primeiro nível é perceber nas entrevistas e nos escritos dos primeiros imigrantes como as expectativas em relação à nova terra são entendidas estabelecendo a ligação entre o mundo real e a representação. O segundo nível seria a reflexão lingüística, ou seja, o estudo dialetológico procurando identificar como se dá o processo de compreensão dessa realidade através da língua. Nossa pesquisa se enquadra no primeiro nível: o estudo da representação desse mundo desconhecido e a formação do processo de identidade que se dá, no nosso entender, a partir da linguagem.

Outro ponto importante que Gondar resgata no estudo de um outro teórico, Rorty, é a questão da homogeneização das diferenças. Ele propõe:

Superar toda a tradição metafísica, essencialista, capaz de garantir a verdade última de todas as coisas, válida para todos os homens, tempos e circunstâncias. Em seu lugar nos propõe uma ironia estética, a partir da qual a filosofia perderia qualquer privilégio, transformando-se numa modalidade literária, entre outras. O ironista liberal, personagem de

uma nova proposta ética e social, seria aquele que objetiva a solidariedade pela identificação com o sofrimento do outro. Desse modo, as semelhanças entre homens se sobrepujariam às diferenças e o homogêneo, o que permitiria alargar o círculo do *nós*, favorecendo o auto-enriquecimento dos sujeitos. Trata-se, portanto, de uma relativização dos valores e crenças pessoais em que se põe em jogo a homogeneização das diferenças, através do sofrimento. Desde que um sujeito sofra, sua diferença e seus valores poderiam acrescer-se ao círculo do *nós*. O que cabe perguntar é se não haveria um ponto-limite no qual a proposta de homogeneização das diferenças, implicando uma relativização de valores, desmorona. (2002, p. 111-112, grifos do autor).

Há nos estudos sobre a colonização italiana uma visão que narra a preservação da cultura e dos valores como a saga do sofrimento de um povo. Essa visão é responsável pela cristalização de alguns estereótipos como o do sofrimento, trabalho dignificante, minimização do trabalho feminino, por exemplo. É importante ressaltar que essa visão não significa uma homogeneização das diferenças através do sofrimento visando à melhor aceitação dos colonos em terras brasileiras. Nos últimos anos, novas perspectivas teóricas lançaram uma nova luz sobre essa temática. Na verdade, essa preservação é uma forma de autodefesa que possibilitou aos italianos o sucesso da colonização da Encosta Superior do Nordeste. Sobre autodefesa lembramos a importante contribuição dos estudos da Profª. Dra. Loraine Slomp Giron.

Os estudos do Prof. Kanavillil Rajagopalan direcionam-se para a idéia de heterogeneidade. Ele aponta para o perigo que se constitui a idéia de homogeneização, lembrando que no sonho hitleriano de pureza, são contrapostas à hibrididade, a mestiçagem e a heterogeneidade como fatores responsáveis pela sobrevivência das coletividades. Para Rajagopalan a linguagem pode ser analisada segundo critérios políticos:

O trabalho trata de uma política da representação, o que nos coloca para além de um campo simbólico neutro, composto de termos lingüísticos elementares, cujo rearranjo poderia produzir novos sentidos. A própria definição de língua – se a pensarmos numa dimensão particular e concreta – não poderia ser separada de fatores geopolíticos, tais como a consolidação de um determinado território. (GONDAR, 2002, p. 114).

Concordamos com a autora, no fim do seu estudo, que mais importante do que escolher qual referencial teórico devemos escolher é perceber quanto ao estudo da identidade já que

o que está em jogo é a política da representação, o aspecto político da forma como construímos nossas identidades. Ou seja, em vez de se decompor as representações em elementos mínimos que podem ser rearranjados, trata-se de suspeitar da vontade política que nos leva a representar desta ou daquela maneira. Existem determinados climas geopolíticos que favorecem a construção de algumas identidades: no século XIX, por exemplo, um clima favorável aos nacionalismos; nesta passagem de século, um clima favorável a uma globalização excludente, mas que também dá lugar a identidades que resistem a esse projeto homogeneizador. As identidades são fabricações, formas que a vontade política é capaz de criar: o que importa é examinar o serviço de que elas se forjam. (GONDAR, 2002, p. 115).

Pozenato, ao lembrar os atuais conflitos entre região e nação, retoma as palavras de Ruben Oliven que considera que

a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional. (apud POZENATO, 2003, p. 153).

Construindo a idéia de Rio Grande do Sul

Com um olhar mais atento nos mapas, que definem a organização espacial do Rio Grande do Sul, observamos a importância da regionalidade para a formação do nacional como observou Ruben Oliven. Ressaltamos que a forma com que o Brasil foi organizado com vistas à exploração econômica, desde 1530 determinou uma idéia de construção de região. Essa idéia está ligada à importância de cada região para a economia colonial e depois para a economia imperial. O Litoral brasileiro não se mostrou, a exemplo dos metais preciosos encontrados na América Espanhola, generoso com os portugueses. Até 1530 apenas algumas poucas aglomerações, sem a menor pretensão de um espaço urbano,

foram erguidas no Litoral brasileiro. Nelas, durante esse período, portugueses trocavam, com os povos da costa, produtos nativos: pau-brasil, peles, ervas, animais exóticos, etc. – por mercadorias européias. Esse comércio era medíocre se comparado ao comércio de especiarias indianas e às riquezas astecas e incas saqueadas pelos espanhóis.

Não só portugueses, mas franceses chegavam com frequência ao Litoral brasileiro buscando os mesmos produtos levados pelos portugueses para a Europa. Temendo perder a posse das terras e mais do que isso perder as possíveis minas ali descobertas, os portugueses organizam um sistema de exploração das terras brasileiras organizando a grande propriedade rural. Com a divisão do Brasil em capitanias, os donatários necessitavam encontrar atividades, rentáveis e permanentes, que financiassem a ocupação das colônias ao menos até que as minas fossem descobertas. A agromanufatura açucareira era uma das atividades difundidas no Mediterrâneo, nas ilhas atlânticas e no Sul de Portugal. Antes de 1530, mudas de cana-de-açúcar haviam sido testadas no Litoral brasileiro. Essas e outras regiões da América revelaram-se favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar. (MAESTRI, 1997).

As características da produção açucareira contribuiriam também para o nascimento da grande produção escravista, que também resolveria a questão da mão-de-obra livre e a grande quantidade de terras disponíveis. Além disso, o tráfico de escravos africanos constituiu-se em lucrativo comércio não só para portugueses como para ingleses e holandeses, por exemplo. As fazendas da costa necessitavam de animais para mover as moendas, transportar as mercadorias, alimentar os cativos. As regiões do interior dedicavam-se à criação animal. Essa especialização aumentou a produtividade da economia colonial, integrou o interior à costa e criou economias não escravistas complementares. A partir do século XVIII, intensifica-se o abate de animais e a salgação da carne. O Ceará no século XVIII e o Rio Grande do Sul no século XIX foram grandes produtores, respectivamente, de carne-seca e de charque, nomes diferentes para um produto quase idêntico. As carnes salgadas eram um dos principais alimentos dos cativos e dos homens livres pobres. (MAESTRI, 1997).

A historiadora Sandra Pesavento sintetiza a integração tardia do Rio Grande do Sul ao restante do Brasil:

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Foi descoberto no início do séc. XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Destas viagens resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome “Rio Grande de São Pedro” para toda a área. Entretanto, a região permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar. Desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial. (PESAVENTO, 1997, p. 7, grifo do autor).

Com a independência foi necessária a criação do Estado Nacional brasileiro, que vai se organizar através da Constituição de 1824, que normatiza esse “novo” Estado chefiado por membro da Coroa portuguesa, D. Pedro I. Torna-se importante criar no povo o sentimento de nação. A literatura terá um papel fundamental, assim como a pintura na criação da idéia de povo e do sentimento de nacionalidade. Os viajantes que percorreram a província de São Pedro anotaram suas impressões sobre o povo nessa Província. O indígena será idealizado, mas no mundo real continuará a ser escravizado; o africano será negado, o colono alemão é ordeiro e trabalhador; o português será tratado como o grande herói que **civilizou o paraíso**. É importante ressaltar que o gaúcho formado a partir do indígena, do português e do espanhol é visto como a meio caminho da civilização.

Sobre a constituição da população do Rio Grande do Sul, os viajantes nos fornecem uma visão preconceituosa da composição étnica do povo gaúcho. Segundo Nicolau Dreys,

como em todas as mais partes das duas Américas, a população da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul se divide em duas secções distintas: a população livre, predominante pelo número e pela perfeição intelectual, e a população escrava, composta de africanos proletários e trabalhadores, ou de seus descendentes na mesma condição social. A população livre admite ainda outra subdivisão: uma, dos indivíduos em que circula o sangue europeu, seja qual for o canto do velho hemisfério que os vira nascer a eles ou a seus pais; a outra, dos homens de quem a terra do novo mundo é a pátria primordial, isto é, dos indígenas. (1961, p. 145).

Mais adiante, seguindo suas reflexões sobre a constituição da população gaúcha, Dreys chama a atenção para o que ele considerou uma anomalia. Segundo ele,

tal é geralmente a distribuição da população em todo o Brasil; mas a província do Rio Grande oferece ainda a esse respeito uma **anomalia bem digna de se notar** (grifo nosso): é a existência de uma nação mista, intercalada entre as populações originárias e que pertence à raça livre, menos ainda por sua extração que pela possessão imemorial de uma liberdade indefinita que as leis das sociedades vizinhas podem dificilmente refrear; dizemos nação por ter essa associação excepcional, moral, costumes e gostos *sui-generis*; entendemos falar dos *Gaúchos*: expressão local a que não pretendemos dar aceção nenhuma desfavorável; a esses homens consagraremos algumas linhas separadas. (1961, p. 145, grifos do autor).

Para Saint-Hilaire os indígenas são bárbaros e sem os padres missioneiros para civilizá-los estariam condenados ao estado selvagem:

A civilização não nasceu para os índios, visto ser fundada inteiramente na concepção de futuro, que lhes é absolutamente estranha. Cercados de homens civilizados os selvagens não podem volver completamente ao estado de bárbaros. Até serem completamente absorvidos pelos brancos terão de viver de modo muito pior que na vida selvagem, visto terem perdido a inocência peculiar aos seus ancestrais quando viviam em plena floresta, e visto não possuírem qualidades necessárias à vida em sociedade, da qual entretanto não podem sair. Os guaranis apenas podem ser comparados às crianças de nossa raça; mas criança desperta interesse porquanto será homem um dia. O índio, ao contrário, conservando a ingenuidade da criança mesmo na idade adulta, não provocará senão desprezo, aproveitando-se de sua fraqueza para oprimi-lo. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 127).

A colonização aparece como solução ao desenvolvimento da Província de São Pedro na pena de Maximiliano de Beschoren. É importante ressaltar que ele está se referindo à colonização alemã. Apesar de longa, a citação revela a opinião do agrimensor prussiano sobre a relação entre desenvolvimento econômico e povo. Segundo ele, uma das causas da pobreza da região de Soledade é étnica:

A cultura do solo está muito atrasada, porque o riograndense [sic] não é para esse tipo de atividade. Ele prefere dedicar-se à criação de gado e à produção de erva-mate. A agricultura. O contrário se dá com os imigrantes do Paraná e São Paulo, que aqui moram em grande número. Vêm a questão por outro ângulo: dão muito valor ao cultivo do solo, talvez mais do que à criação de gado. Pelo fato da Província do Rio Grande sempre se dedicar somente à criação de gado, houve um atraso em relação à agricultura. Devido à expansão da colonização, aos poucos se valorizou o solo, fazendo-se notar também o desenvolvimento da indústria, como conseqüência natural por determinadas culturas. Só criando gado, nunca teremos indústrias. O nosso campeiro, “verdadeiro rei da coxilha”, nunca será um industrial. O meu ponto de vista, na ocasião muito contestado, é que o Município de Soledade e o distrito de Lagoão terão grande desenvolvimento se forem colonizados por alemães. – Não estou pensando em fundar colônias, Deus guarde! Penso que, aos poucos, acontecerá o estabelecimento isolado de famílias coloniais. Serão os precursores e pioneiros na cultura do solo. Acharão boas terras, por preços baixos, e alcançarão ótimos resultados. “Lançada a primeira pedra”, pelos colonos, o resto virá por si. (1989, p. 28-29, grifos do autor).

A partir das observações dos viajantes e da historiografia, ressaltamos que a demarcação do território do Rio Grande do Sul se deu sob dois aspectos: o primeiro é o interesse econômico da província como produtora de charque e gado importante para o sustento da economia mineradora, principal riqueza da metrópole portuguesa. Sendo assim, o território foi reconquistado das mãos espanholas, e suas fronteiras mantidas à força. O segundo diz respeito à formação étnica, ser riograndense é diferente de ser gaúcho, índio e escravo. O rio-grandense é o civilizador, pois descende do português, mas não é o empreendedor: ele representa a tradição, mas não o trabalho. O cativo não é considerado um trabalhador já que também não é considerado um ser humano, e sim, um instrumento de trabalho. O trabalho e conseqüentemente o desenvolvimento, ficarão a cargo do braço imigrante: primeiro os alemães depois os italianos, os poloneses, os judeus, os japoneses, etc. Esses dois aspectos marcaram a formação da região criando, também, uma visão específica e muitas vezes preconceituosa sobre a participação de cada etnia na formação da identidade do povo gaúcho. Os italianos, ao chegarem aqui, como foi exposto pelas observações dos viajantes, serão influenciados e influenciarão essa construção da identidade gaúcha.

Emigrar é preciso

Estudando os mapas históricos, observamos que a construção do espaço territorial denominado Região Colonial Italiana (RCI) se dá a partir de necessidades políticas e econômicas do Império brasileiro e da unificação italiana. O mapa de 1809 mostra a ocupação da capitania de São Pedro. A região da Encosta Superior do Nordeste era denominada Comarca de Santo Antônio da Patrulha onde constava a freguesia de Vacaria. Além dele, a capitania possuía as comarcas do Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande. (ANNUÁRIO ESTATÍSTICO, 1923). Esse momento corresponde à ocupação do Rio Grande do Sul um ano após a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A Capitania de São Pedro se integra à economia colonial através do charque e da criação de gado. A região de Vacaria assinalada no mapa é rota dos tropeiros que, em suas viagens, traziam e levavam mercadorias e notícias, como a da chegada da família real e seus planos para o Brasil que passavam pela elevação do Brasil à categoria de reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, mas manteria o modo de produção escravista como “motor” da economia colonial. Colonização? Apenas os portugueses, precisamente, os açorianos.

Em 1882, ano da independência do Brasil, o mapa do Rio Grande do Sul sofreu algumas modificações. A primeira delas é que deixa de ser uma capitania e passa a ser uma província; também observamos uma nova divisão surgindo novas comarcas. Assim, em 1822 temos: Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e duas novas regiões: Cachoeira e São Luiz da Leal Bragança. A região da Encosta Superior do Nordeste faz parte de Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre. (ANNUÁRIO ESTATÍSTICO, 1923). O ano da independência é marcado pela organização do Estado Nacional brasileiro tanto em nível jurídico através da Constituição de 1824 quanto em nível intelectual com a construção da idéia de povo e nação. Nesse sentido, a literatura e a pintura tiveram papel importante. Na literatura a publicação de **A Moreninha**, escrita em 1844 por Joaquim Manuel de Macedo marca o nascimento do romance urbano no Brasil. Em 1847 José do Vale Caldre e Fião escreve, no Rio de Janeiro, o romance **A divina pastora**, um elogio ao povo rio-grandense, bravo lutador, referindo-se à Revolução Farroupilha; a colonização alemã, tratada no romance como a honrada e trabalhadora gente alemã, em oposição ao trabalho escravo que era para

ele prejudicial não só para o desenvolvimento econômico como também para a moral das famílias rio-grandenses e brasileiras.

O Atlas do Império do Brasil, publicado em 1868 registra uma modificação na divisão das comarcas da Província de São Pedro. A província era formada por dez comarcas: da capital, de Santo Antônio da Patrulha, do Rio Grande do Sul, do Rio Pardo de Caçapava, de Piratiny, de Bagé, de Alegrete, de São Borja e de Cruz Alta. Novamente a região da Encosta Superior do Nordeste é assinalada no mapa por uma grande região de mata denominada Campos de Cima da Serra, Campos de Vacaria e Mato Português. Essa região era ocupada pelas populações indígenas, os bugres. No Brasil esse momento é marcado por uma economia baseada no cultivo do café, considerado pelos políticos da época “nossa primeira indústria”. Também é um período marcado pela pressão inglesa para a abolição da escravidão, a preocupação dos cafeicultores com a mão-de-obra escrava que se tornara cara e de difícil reposição com o término do tráfico de escravos em 1850. A Província de São Pedro, nesse período, continua com sua economia assentada no charque que era produzido por mão-de-obra escrava. Mas como consta no mapa desde 1824, a região denominada Vale do Rio dos Sinos abriga a Real Feitoria do Linho Cânhamo ou a colônia alemã de São Leopoldo.

O último mapa que analisamos é o do ano de 1889, ano da Proclamação da República. Nele encontramos o Estado do Rio Grande do Sul com a capital, as cidades e as vilas. É importante observar que no mapa estão demarcadas a cidade de São Leopoldo e a vila de Bento Gonçalves. Em **Noções de Corografia do Brasil**, de 1873, escrito por Joaquim Manuel de Macedo, encontramos uma tabela sobre as colônias existentes até aquele momento na Província de São Pedro. São colônias alemãs e italianas. As colônias italianas foram criadas pelo Aviso do governo de 9 de fevereiro de 1870 e com o pedido de demarcação através de Ato imperial, de 19 de setembro de 1873. (GIRON; BERGAMASCHI, 1998, p. 295).

Segundo o texto de Joaquim Manuel de Macedo, temos em 1873 a seguinte situação sobre a colonização no Sul do País:

A província estabelece e sustenta sete colônias com denominação, área e população:

Colônias	Área	População
Santa Cruz	18 legoas quadradas	4.474
Santo Ângelo	4 “ “	1.436
Nova Petrópolis	15 “ “	1.420
Mont’Alverne	11,2 “ “	389
Conde d’Eu	16 “ “	50
D. Isabel	“ “ “	“
S. Feliciano	31,4 “ “	“

Figura 1: Situação da colonização

Fonte: Macedo (1873, p. 326).

Em suas pesquisas, Giron e Bergamaschi (1998) resumem a situação na Europa que motivou a saída dos imigrantes italianos:

A própria situação política da Europa, marcada por lutas na primeira metade do século XIX, determina o deslocamento de colonos pobres e oprimidos entre os países liberais e absolutistas. Na segunda metade do século XIX, as lutas pela criação de novos reinos (Itália e Alemanha) estimula o êxodo da população pobre. A Revolução Industrial substituiu os homens pelas máquinas, liberando mais mão-de-obra. A má divisão das terras, decorrente da manutenção das prerrogativas da nobreza, maior proprietária das terras, o pesado pagamento de impostos sobre os pequenos produtores, as terras com baixa produtividade que impedem a sobrevivência dos meeiros e o fim das terras comunitárias, utilizadas para fins privados de plantação e de criação, são alguns dos fatores socioeconômicos que levam a população pobre a emigrar. Os países que mais sofrem com a fragmentação são a Itália, a Alemanha e a Polônia. Não é de estranhar que sejam as regiões que mais enfrentam problemas sociais as que mais emigrantes fornecem para a América. (1998, p. 286).

A imigração para o Brasil resolve assim dois problemas: o primeiro em nível internacional que é a problemática socioeconômica já referida pelas autoras; e o segundo, em nível nacional, que segue em duas direções: a primeira direção é a tentativa de solução da problemática de mão-de-obra escrava, cada vez mais escassa e de preço elevado. São os imigrantes que chegam para o trabalho na lavoura cafeeira em São Paulo. A segunda direção é a vinda de imigrantes para a Encosta Superior do Nordeste, que, através da compra de terras, ocupará um vazio populacional em uma área geograficamente importante, pois é, desde o período da colônia,

rota dos tropeiros indo e vindo das regiões brasileiras com suas mercadorias. Ressaltamos que o vazio populacional é muito mais uma visão do Estado imperial que desqualificou as populações que viviam nessa região gaúcha como civilizada e portanto sem condições de promover o processo civilizatório nos moldes determinados pelo projeto colonizador português implantado após 1530.

Inferimos que esse contexto da vinda dos imigrantes para o Brasil e a visão que o Estado brasileiro construiu a seu respeito e de sua ocupação no trabalho determinaram visões preconceituosas dos grandes proprietários brasileiros e do próprio Estado em relação às famílias que chegaram ao Brasil. Da parte dos imigrantes a resposta foi o trabalho e a construção de uma identidade que marcou a sociedade gaúcha tanto em nível de organização do espaço geográfico como em nível de linguagem e cultura. A questão econômica pode ser observada através de estudos de pesquisadores como: Loraine Slomp Giron, Heloisa Bergamaschi e Vania B. Merlotti Herédia, Thales de Azevedo, Luis Eduardo De Boni e Rovílio Costa, por exemplo. Para Loraine e Bergamaschi os italianos já tinham contato com a industrialização, e isso será importante no processo de desenvolvimento colonial. Segundo as autoras,

são agricultores pobres e casados, que não divisam futuro para suas famílias na terra onde nasceram. O período histórico em que deixam a pátria natal caracteriza de forma marcante os emigrantes. Os alemães, sob a forma de imigração organizada, começam a chegar ao Brasil em 1875, após a unificação dos estados italianos e da industrialização do Norte da Itália. Os poloneses chegados após 1870 não têm nem país nem indústria organizada. Os italianos são os únicos dos três grupos que têm contato com a industrialização e com o Estado organizado. Muitos dos imigrantes trabalhavam de forma periódica nas indústrias, na construção de ferrovias e de estradas. O conhecimento do mundo moderno deu mais vantagens aos colonos italianos que aos outros. A grande imigração insere-se nesse contexto. Em jogo existem outras questões, uma das quais é a solução do problema social da Europa industrializada que a Revolução Industrial e as lutas políticas serviram para agravar. (GIRON; BERGAMASCHI, 1989, p. 287).

Em seu estudo sobre o processo de industrialização em Caxias do Sul, Herédia aponta que a evolução da colônia Caxias reflete “as condições encontradas pelos primeiros imigrantes italianos, na luta inicial na nova terra, no desbravar as fronteiras e na construção da nova sociedade”. (1993). Sobre o fenômeno imigratório ela escreveu:

Satisfazia as duas estruturas, seja pela expulsão, seja pela atração de seus membros. Desta forma, o resultado do processo de colonização no Rio Grande do Sul foi extremamente original, uma vez que os italianos trouxeram de seu país uma soma de experiências que permitiu a construção de uma nova sociedade, baseada nas condições naturais encontradas e no forte desejo de vencer. A posse da terra foi o grande estímulo do querer progredir e a luta pela manutenção da propriedade, mantida pela força familiar, permitiu a esse imigrante transformar o núcleo colonial numa zona de comércio e de indústria. Apesar da situação diversa da antiga pátria, a mentalidade do colono imigrante encontrava raízes bem definidas, que se manifestaram nos valores morais, na família, no trabalho e na religião. A identidade enfraquecida pelo abandono da pátria renascia como reprodutora de uma cultura a ser valorizada nas gerações subseqüentes. (p. 37).

Entrevistas: a identidade e a região construída

Trabalho, pequena propriedade e família são alguns dos termos presentes no conjunto de entrevistas que fazem parte do acervo do Ecirs. Além das entrevistas, encontramos as referidas expressões na correspondência privada dos imigrantes e nas suas histórias de vida. Os depoimentos abordam também um outro lado das lembranças que não é contemplado pela narrativa historiográfica, mas que pode ser resgatado através da linguagem. Nesse sentido, é um instrumento de preservação da memória social. Refiro-me ao sofrimento, à saudade, ao sentimento de perda por ter de abandonar a terra natal. Longe de reconstruir o “velho” discurso dos imigrantes sofredores que aqui chegaram e venceram, é necessário perceber que essas memórias sofridas constituem importantes fontes para a pesquisa historiográfica.

O alfaiate Luigi Toniazzo, imigrante de Verona, registrou em um texto denominado “Minha viagem à América”, seus sentimentos em relação à vinda para uma terra desconhecida:

Foi precisamente na sexta-feira santa do ano de 1893, ao meio-dia em ponto: deixava meu vilarejo natal e sentia o coração confranger-se de dor ao abandonar **minha pátria. Semelhante deve ser o sentimento de um inocente condenado à morte.** Após inúmeros beijos, apertos de mão, prantos e suspiros, devia seguir à pé, junto com meu amigo de viagem, Lorenzo Seperotto, até Maróstica, saudando, pela última vez, todos os amigos que encontrávamos. (DE BONI, 1977, p. 11, grifo nosso).

A pátria de Toniazzo é construída a partir de lembranças culturais como a Milão de “Promessi Sposi”, do monumento a Leonardo da Vinci e os palácios da linha que liga Milão à Gênova. Dessa pátria não faziam parte alguns habitantes do espaço geográfico denominado Itália. Um acontecimento no convés do navio que trazia imigrantes para o Brasil percebe-se que ser italiano e pertencer ao novo Estado nacional não constroem a mesma identidade para todos. Toniazzo escreveu:

Até o dia treze não encontrei nada de novo com relação à natureza, mas seria necessário anotar as rixas malditas daqueles nojentos porcos napolitanos, que a todos serviam de fastio por causa de seus modos imundos e sua incivilidade mais do que trivial. Assoavam o nariz com as mãos, bem a nossos pés, quando estávamos a comer, sem perceber-se da imprudência e estavam cheios de piolhos como galinhas; coçavam-se no seio de suas mulheres e estas ficavam a matar os piolhos na presença de todos. E este trabalho era feito sem a mínima vergonha, como se estivessem fazendo bordado. (DE BONI; COSTA, 1977, p. 17).

É importante ressaltar que a formação de uma identidade que marca a chamada RCI, no nosso entender, se constrói a partir da memória. daquelas memórias que representam momentos felizes, das mais preciosas memórias, mesmo quando a antiga pátria não se mostrara generosa com ele, a terra natal é e será sempre a segurança. Em seu estudo sobre a imigração italiana, no caso de Toniazzo, em dois momentos de sua narrativa, ele se vê sem sua pátria natal por não ter condições financeiras e também a terra que escolheu para sua nova pátria é desconhecida, iniciando a construção de uma memória pontuada de medo e angústias. O imigrante Toniazzo relata que, durante a viagem, muitas vezes chorou ao recordar-se dos últimos meses em sua terra natal. Segundo ele:

Recordava que nos últimos meses de minha permanência fui abandonado por muitos amigos, e não fui nada respeitado, devido à minha falta de recursos. Por isso, parecia-me que de algum modo, fui expulso daquele vilarejo que tanto amei e a quem não fiz nenhum mal, mas somente o bem, servindo a muitos. Mas isso não importa. Embora de longe, terei de recordar meus verdadeiros amigos e esquecerei os que [se] faziam surdos a meus pedidos e fingiam não me ver quando olhava para eles. Pobre Vallonara, pensando bem como vais, deveria sentir-me pouco triste por haver-te abandonado, mas batendo no peito desgraçadamente um coração sensível, não posso esquecer-te. (DE BONI; COSTA, 1977, p. 21).

Mais adiante as primeiras impressões da terra, ainda estranha, mas que representava a perspectiva de um futuro promissor:

Neste momento compreendi que não mando mais em mim e encontro-me nas mãos de uma potência estrangeira, porque, tal como ovelhas, fomos embarcados no trem que nos esperava e rumamos por um caminho que ninguém sabia onde ia dar. A noite estendia seu negro manto sobre a terra e nós, com olhar desconfiado, olhávamos um para o outro, sem falar, como que esperando a qualquer momento uma desgraça imprevisível. O trem corria como o direto, na Itália, e até mais, percebi, embora noite alta, que passava por morros, vales e escolhos. Nenhum de nós havia percorrido aquela estrada e, por isso, todos temiam alguma traição. (DE BONI; COSTA, 1977, p. 23).

O imigrante Paulo Rossato, em carta escrita aos pais em 27 de dezembro de 1883, recorda a viagem para o Brasil. Sua tristeza era deixar a família na Itália. Segundo ele, “parti de casa com lágrimas nos olhos por deixar minha mãe, meus irmãos e minhas irmãs que tanto me queriam. Chorava por deixá-los, e não por vir para América”. (DE BONI; COSTA, 1977, p. 29). Mas, também, como Toniazzo, a terra estranha causa certa apreensão que vai se dissipando à medida que ele percebe que ela pode lembrar a terra natal. A comparação é inevitável e necessária para formar a idéia dessa nova terra que promete riqueza e fartura através do trabalho. Rossato lembra a partida para a colônia:

No dia 28 partimos para a colônia, às custas do governo. Aliás, desde o Rio de Janeiro recebíamos tudo do governo. Antes de partir para América, parecia que partíamos para o desespero, e encontramos, entretanto, cidades como na Itália. Aqui agora estamos no verão. Comem-

se melancias, uvas, figos, laranjas. E vocês, entrementes, estão com neve. Talvez que a diferença de fusos seja mais ou menos de 6 horas: quando aí é meio-dia, temos aqui 6 da manhã. Mas o calor não é muito e a gente encontra-se bem. Aqui troveja e chove. Agora preciso 3 dias para vir ver a colônia, e depois escreverei. Resumindo posso dizer que tive boa viagem e estou bem. (DE BONI; COSTA, 1977, p. 30).

Reunimos um número de 12 entrevistas do acervo do Ecirs, cujo conjunto é composto de lembranças de informantes masculinos e femininos. Desse número sete entrevistas foram dadas por mulheres e temas como o trabalho tanto na propriedade como no comércio, o trabalho doméstico e a religião são constantes. Escolhemos as entrevistas das mulheres, pois é a partir da análise de suas informações que podemos resgatar o cotidiano desses imigrantes. E, no caso feminino, as várias jornadas de trabalho que elas enfrentaram na chegada ao tão sonhado lote de terra. Ao contrário as entrevistas masculinas são quase exclusivamente sobre o trabalho na propriedade, nas pequenas oficinas e fatos da história gaúcha que, em determinados momentos, influenciam o cotidiano da colônia. Nas lembranças dos primeiros imigrantes, assim como na de seus descendentes, o trabalho familiar era a garantia de sucesso na colônia. Loraine e Heloisa apontam:

Participantes do trabalho, as mulheres foram excluídas da tarefa de gerir os recursos da propriedade. Ignorantes e dependentes, viveram sua vida submetidas à autoridade masculina. Pais, maridos e filhos sucediam-se na sua tutela. Excluídas de um grupo de excluídos, as mulheres imigrantes foram brutalizadas pelo meio, pelo trabalho e pelos homens, também submetidos ao mesmo processo de brutalização. (SLOMP; BERGAMASCHI, 1997, p. 20).

Na leitura das entrevistas, o trabalho familiar foi fundamental. Mesmo havendo imigrantes com uma especialização, o trabalho na terra era obrigação de todos uma vez que era ele que garantiria o pagamento da terra. Uma informante lembra que o pai passou a trabalhar como carpinteiro depois que a família cresceu e pôde ajudá-lo no trabalho na terra. Segundo ela: “Meu pai era agricultor, mas depois de uns tempos, quando a família ficou maior e os filhos cresceram, então os filhos trabalhavam na agricultura, na roça e meu pai trabalhou quase sempre de carpinteiro”. (Entrevista P. S. M. – Acervo Ecirs). A mesma informante relata que as filhas também ajudavam no trabalho doméstico, este sempre

voltado para suprir as necessidades da casa ou os utensílios utilizados no trabalho agrícola, como, por exemplo, a tradicional trança:

O trabalho que as mulheres faziam minha mãe fazia e todas as outras filhas aprenderam a fazer, o principal era trança. É um trabalho feito com palha de trigo e com a qual se fazia chapéus de palha, que se ocupavam para ir na colônia. Além dos chapéus, faziam as cestas que a gente chamava “sportole”, para carregar mantimentos, livros, etc.

A habilidade com trabalho em palha também era uma renda extra além dos produtos da terra. Nossa informante lembra que empalhar cadeiras era um trabalho realizado por elas, “um trabalho que nós fazíamos à noite em serão, era trançar cadeiras. Todo mundo trançava cadeiras. Era um trabalho feito à mão”. Mesmo o tradicional filó, na casa dessa mesma informante, era dedicado ao trabalho. Segundo dona Paulina,

o nosso filó era: primeiro rezar o terço, depois trabalhávamos. Ou era fazer trança ou as cadeiras. Enquanto isso muitas vezes meu pai lia histórias para nós porque ele sabia ler e lia bem. Ele tinha bastante cultura, nem sei como ele conseguiu. Ele lia as histórias de “Mil e uma noites”. Nós adorávamos fazer filó com o pai lendo as histórias.

Observamos na leitura da entrevista de O. M. T. a importância dos filhos, pois esses representavam além dos braços na lida da terra, também a eternização do nome do pai e a posse da terra. Sobre o nascimento da irmã ela relembra.

E o pai ficava triste, quando dizia: hoje nasceu. O que é? Outra menina. Bom, bom, o que vamos fazer, se é outra menina. Era sobrado e quando debaixo falavam, porque ele nunca assistia. Então quando a debaixo dizia: Olha nasceu! – Que é? Mulher. Bom, bom, paciência... Porque ele queria um homem filho para substituí-lo e ter o nome. (Entrevista O. M. T. – Acervo Ecirs).

Em seu estudo **A força das mulheres proprietárias: histórias de vida de imigrantes italianas – 1875-1925**, as autoras Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi apontam que

as histórias de vida resultaram esvaziadas e mitificadas pelos familiares que guardam recordações de suas avós. De forma geral, os familiares não se lembram de suas antepassadas como seres viventes, e a memória familiar parece ter eliminado as marcas deixadas pelas mulheres da família. Ser

mulher, na região colonial italiana, significa ser esquecida e ignorada.
(GIRON; BERGAMASCHI, 1995, p. 45, grifo nosso).

Esse esquecimento se dá em vários níveis, a informante P. S. M. relembra a conquista do direito à educação escolar:

Na minha casa falava-se o dialeto, o italiano. Eu comecei ir à aula desse professor, eu creio que tinha 7 ou 8 anos, uma coisa assim, porque da minha casa, nós vendíamos, inclusive verduras e leite. Então ia levar as verduras e o leite, fazer a distribuição e também ia à aula. Então íamos à aula e íamos distribuir essas verduras e leite. Primeiro distribuíamos essas verduras e leite, depois íamos à aula. Sempre na parte da manhã. Quando eu tinha 10 anos, então já os irmãos principalmente, achavam que estava grande demais para perder tempo ir na escola. Devia ir para a roça. Mas eu tinha sempre muita vontade de estudar. Eu tinha uma sede, uma ânsia de aprender, que eu fazia de tudo para poder ir na aula. Então minha mãe era analfabeta, mas ela dava muito valor ao estudo. Então nós tínhamos combinado que eu iria na aula só dias de chuva. Quando chovia um pouquinho de manhã, a mãe dizia: Hoje tu podes ir na aula. Então eu preparava qualquer coisa para o almoço, porque naquele tempo, quando eu tinha 10 anos, já tinha as irmãs em São Marcos. Já tinham chegado as irmãs da Congregação de S. José. A madre Justina Inês foi quem levou as irmãs pra lá. Tinha aula todo dia. Então eu para não ter que ir para casa, levava a comida para o colégio. Então eu levava pão e salame, pão e queijo, pão e laranja ou pão e uva, qualquer coisa. Então ao meio-dia eu ficava no colégio. Eu estudei 6 anos, porque o último ano eu só ia no colégio aos domingos. Nos dias de semana eu trabalhava em casa, ia na roça, se descansava um pouco eu estudava, preparava temas. Aos domingos eu ia na missa e depois ia no colégio. As irmãs até o meio-dia me davam um pouco de assistência de atendimento, recebiam meus temas e valeu para uns anos de aula. Mas não freqüentei aula, o último ano, 7 anos. Então 6 eu freqüentei. (Entrevista P. S. M. – Acervo Ecirs).

A informante O. M. T. conta sobre o casamento:

– Essas noivas iam morar em casa própria ou...

Difícil em casa própria. Tutti com o sogro, la sogra. Basta dizer, que na casa dos Peroni, quantas noras tinham lá todas juntas? Tinha 4 ou 5 Peroni lá, tinha até parente da nona Jurema. Parece que eram todos juntos. Todos trabalhavam. Vinte e cinco pessoas, filho de um, filho de outro. Todas famílias casadas.

– Então o filho levava a mulher para casa do pai dele e não ao contrário? Não, raríssimas vezes.

– *Ele não ia morar com os pais dela?*

Não, não poucas vezes.

– *O comum era exatamente isso:* La sposa ndar de la casa del sposo?

Dopo pré tardi lora, Che i fava na casa ou che i repartia. Ma até antigamente quando era a nona, assim tudo junto, nós laorava nesta terra. Sti Peroni zo, e roças, e quantos sacos de produtos e coisas assim.

Os Peroni, os Mauri também. (Entrevista O. M. T. – Acervo Ecirs).

Além do trabalho na propriedade, ajudando o marido, a criação e a cozinha eram também espaços primordialmente femininos. É a cozinha que alimenta, que festeja e que cura doenças e ferimentos, tudo sempre preparado por mãos femininas. O pão que alimentava a família exemplifica a cozinha que alimenta, e, quando não havia trigo, eram as mulheres que tratavam de substituí-lo utilizando aipim, produto brasileiro de origem indígena. Segundo a informante, o pão se “fazia misturado com um pouco de milho, mais, se metea banha, ovo, quem gostava de ovo, e se fava i pani. Se taiava, ficava aquele pão redondo, bonito”. (Entrevista O. M. T. – Acervo Ecirs). A informante nos conta como era feito o pão de batata-doce ou aipim. Segundo ela, o pão de aipim durava menos, pois ficava mofado. Quando não havia pão

se fazia, se metia pão, quero dizer, um pouco de farinha, se queria botava um poco de milho, se não se fazia depois se botava um pochetin de fermento e se fritava na frigideira. Quando faltava pão era assim” (Entrevista: O. M. T. – Acervo Ecirs).

Em dias de festa, principalmente nos casamentos, todos ajudavam, segundo nossa informante D. Odila. Eram assadas carnes de porco, gado, risoto feito com carne de galinha e os doces como a torta, o “fregolá”. Na hora do parto, das dores de barriga das crianças ou de ouvido, eram as mulheres que, utilizando seu conhecimento de chás e óleos, atendiam às urgências. A criança com dor de barriga era tratada com

defumação, massania e passavam banha em cima da barriga. Esquentavam a banha e botavam o pano na banha. Lora l’era la “slovam”, i dezea, el espasmo. Faziam chá de mangerona e um pouco de camomila. Mas gritavam. Por fim iam buscar na farmácia ou chicória, aquele xarope, elixir para criança. Aí tirava a dor.

Para a dor de ouvido esquentava-se o óleo de mamona que era colocado com um pouquinho de algodão. O óleo de rícino era usado

para dor de barriga e prisão de ventre. Além disso, era administrado às mulheres antes do parto. (Entrevista O. M. T. – Acervo Ecirs).

O cotidiano das mulheres na colônia era o cotidiano do trabalho. Mesmo nos dias de chuva, quando não era possível trabalhar na roça as mulheres trabalhavam em casa. Nos dias chuvosos, elas

costuravam, remendavam, porque durante a semana se andava na roça. Até faziam a ceroula dos homens e faziam aquele cinturão. Então aquele cinturão para domingo, porque para dia de semana era de couro que usavam. Tuto bordá de rosso e de bianco, tinha el cós, tinha ao redor das cuecas, das ceroulas. (Entrevista O. M. T. – Acervo Ecirs).

Mesmo na ida ao trabalho o tempo era aproveitado para adiantar alguma tarefa. A informante P. S. M. lembra que

Quando eu era professora, caminhava duas horas por dia, à pé, porque dava aula de manhã e de tarde. Aonde eu ia de manhã, a estrada era melhor, então podia fazer crochê caminhando. Muitas vezes, na volta, rezava o terço. Na outra parte, onde eu dava aula de tarde, a estrada era muito ruim, porque eram arrastadas as toras para o engenho, era estrada de mato. Lá não dava para se distrair, fazer crochê. (Entrevista P. S. M. – Acervo Ecirs).

O historiador conta, hoje em dia, com muitas formas de acesso ao passado. Inclusão de fotografias, de entrevistas, de correspondências particulares, que, como fontes de pesquisa, trouxeram importantes contribuições sobre o passado. Além disso, a possibilidade de diálogo interdisciplinar incorporou novas formas de abordagem teórica. O olhar sobre novos documentos, o diálogo interdisciplinar, foi a base de nosso trabalho que teve como objetivo inicial o levantamento de fontes do acervo Ecirs para a elaboração de um banco de dados. Na caminhada, essas fontes revelaram-se importantes para as discussões que tratam das características dessa região cultural, econômica e geográfica chamada RCI.

Concluindo, ressaltamos a importância do diálogo interdisciplinar e do acesso a outras fontes além dos tradicionais documentos históricos. Procurou-se demonstrar que a idéia de região é uma construção coletiva de várias áreas do conhecimento: geografia, cultura, história, língua. A aplicação de fundamentos teóricos nesses novos documentos revela dados importantes para o historiador. Mas é importante ressaltar a necessidade da teoria que nos permite “ler a história” nesses novos documentos que até então eram apenas depositários de lembranças particulares.

Referências

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.
- BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Trad. de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Introdução e notas de Augusto Meyer. Porto Alegre: IEL, 1961.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, 1979.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. Magna Itália: colônias e colonos italianos no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, Caxias do Sul: Educus, v. 6, n. 7, 1988.
- _____. A força das mulheres proprietárias: histórias de vida de imigrantes italianas – 1875-1925. *Cadernos de Pesquisa*, Caxias do Sul: Educus, v. 3, n. 2, 1995.
- GONDAR, Jô. Linguagem e construção de identidades: um debate. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Org.). *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HEREDIA, Vania B. Merlotti. *Apontamentos para uma história econômica de Caxias do Sul: de colônia a município*. Caxias do Sul: Educus, 1993.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2. ed. Trad. de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de corographia do Brasil*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1873.
- MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Série Revisão, n. 1).
- POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educus, 2003. (Coleção Identidade e Cultura).
- PROJETO ELEMENTOS DA CULTURA ITALIANA: ENTREVISTAS/ ECIRS-UCS.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Trad. de Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. (Coleção Reconquista do Brasil, n. 10).

Artigo recebido em agosto de 2007. Aprovado em setembro de 2007.